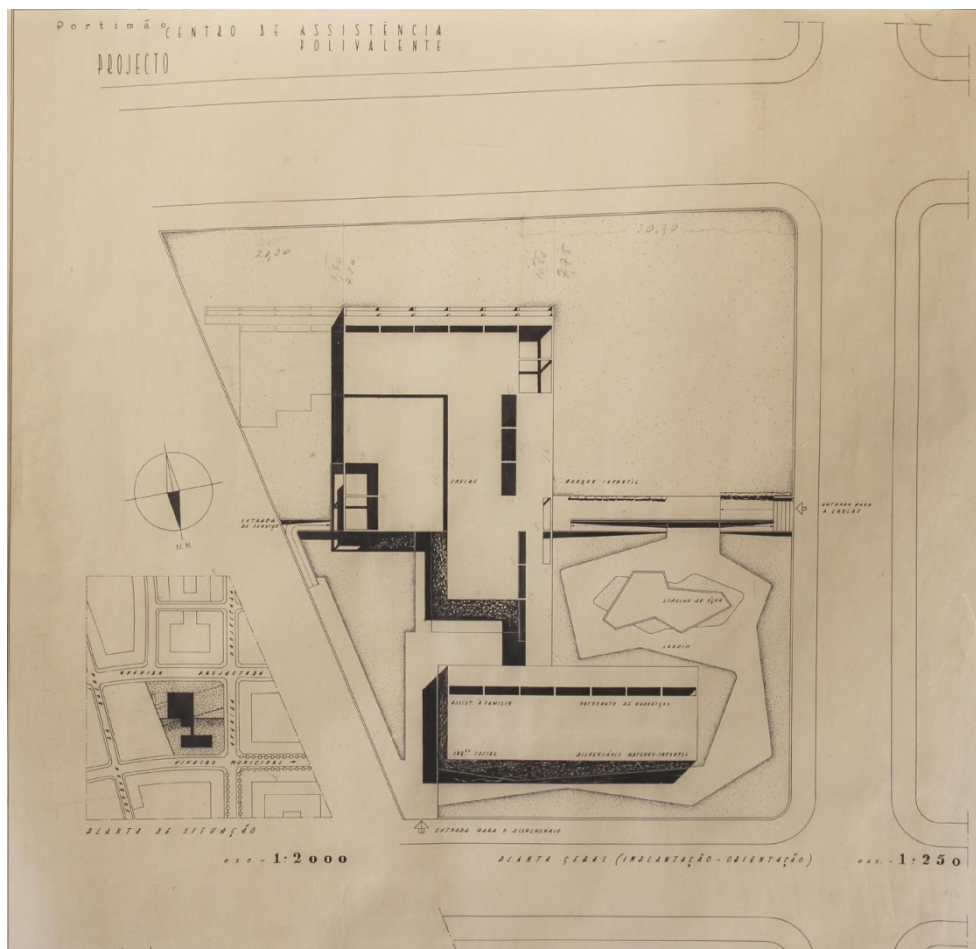


Dossiês Temáticos

**ORDEM DOS ARQUITECTOS
SECÇÃO REGIONAL SUL**

CENTRO DE ASSISTÊNCIA POLIVALENTE DE PORTIMÃO (1959-2017)



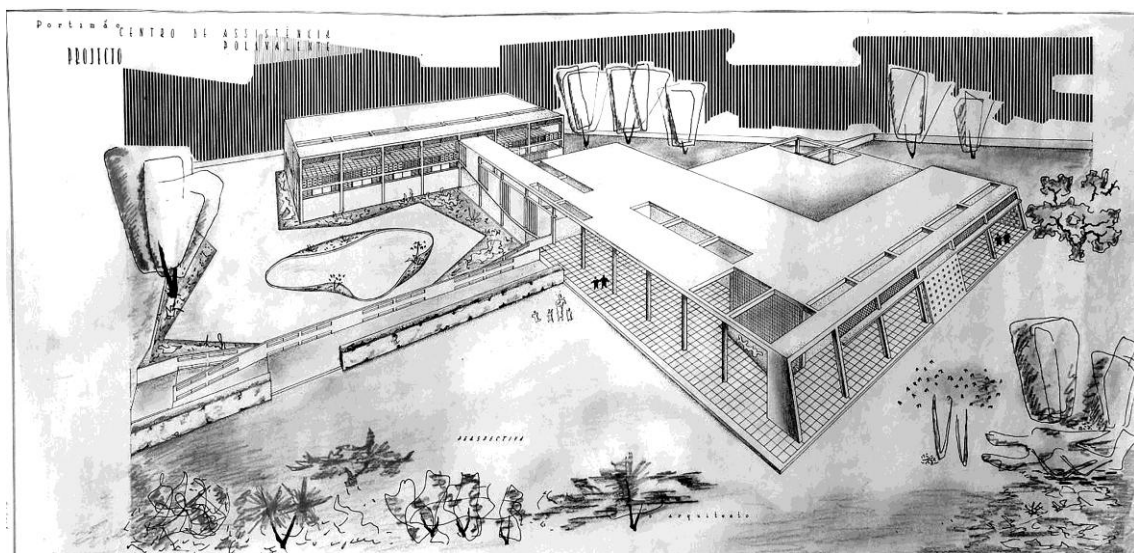
NÚMERO

05

ANO 05 FEV 2020

CENTRO DE ASSISTÊNCIA POLIVALENTE DE PORTIMÃO (1959-2017)
Arq. António Vicente de Castro

Um Arquitecto do movimento moderno algarvio



CONTEXTOS

Falar de movimento moderno algarvio é já um lugar comum entre os arquitectos, mas cedo percebemos que esse não é o contexto português. Tanto os poderes políticos nacionais como a maioria dos poderes autárquicos estão em completa ignorância quanto a estes assuntos da arquitectura.

De um modo ou de outro, com vitórias ou derrotas, nós como arquitectos estamos incumbidos de os informar sobre a importância que a qualidade dos espaços arquitectónicos, urbanos e paisagísticos têm para a qualidade de vida da população que os elege. Mas, como todos sabemos, nem sempre existem ouvidos e é sobre as características dessa surdez que este texto fala.

Trago aqui um exemplo. Um projecto que tem sofrido sucessivas adulterações realizadas por quem não teve a humildade de se perguntar sobre o sentido daquela construção humana. E digo humana porque ao contrário dos meus conterrâneos nunca gostei de individualizar pessoas mas antes de as juntar. Como caso de estudo uso um fenómeno que aconteceu em 2017 em volta do edifício do Centro de Assistência Polivalente de Portimão realizado pelo Arq. Vicente de Castro. Para entender toda a trama é necessário contextualizar e simultaneamente factualizar.

Breve Histórico do Edifício e de como é necessário ouvir

Antes demais convém olhar para o processo de modo factual, pois essa é a base de toda a compreensão e de todas as investigações.

O primeiro edifício nasce em 1959 quando se apresenta o seu projecto na Câmara Municipal de Portimão (Lic. Obra 753/59) continuando a sua construção até 1962 (Lic. Obra 60/62), obra solicitada pela IPSS - "LAR DA CRIANÇA DE PORTIMÃO".

Em 1997 após o substancial aumento demográfico ocorrido depois da revolução que instaurou a democracia em Portugal, torna-se necessário ampliar o edifício e é solicitado ao seu autor que proponha uma solução arquitectónica. Já com uma filha arquitecta, o autor decide partilhar esses momentos com a sua filha. É então apresentado um projecto de ampliação e alteração (Lic. 18/97) com o Proc. Nº 1505.

O final dos anos 80 e sobretudo os anos 90 ficarão provavelmente para a história como anos muito infelizes para o património edificado. Impunemente são realizadas obras ilegais por parte da entidade gestora daquela IPSS. Para além de ilegais, o promotor nem sequer consultou os autores do seu edifício e como se não bastasse, não olhou senão a necessidades quantitativas imediatas e, como veremos, contingentes, sem sequer ter em consideração a qualidade do espaço dos seus utentes. Deste modo o projecto é subvertido e o seu sentido é desarticulado e fragmentado.

Datam de 1999 as primeiras queixas do autor à autoridade municipal e data desta mesma data a surdez dos responsáveis camarários. São apresentadas diversas queixas oficiais ao executivo

camarário por parte dos autores (Carta reclamação em 31-08-1999; Carta de 29-11-1999; Carta de 29-09-2003; Carta de 19-05-2014). Todas estas cartas resultaram na fraca ideia de que se tratava de um problema de «direitos de autor». Isto é, e em português corrente, a fim de não serem acusados de nada fazerem atiram para a mais fraca lei que temos a dos direitos de autor e assim não necessitam de tomar posição face às inúmeras ilegalidades das obras de ampliação realizadas pela IPSS Lar da Criança.

Após diversas acções por parte da Ordem dos Arquitectos é reconhecido o valor e qualidade das obras do Arq. António Vicente de Castro, sendo nomeadas três ruas da cidade e entregue uma medalha póstuma “como obra de valor, inovadora e representativa da arquitectura do período Moderno no Barlavento Algarvio”.

A Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos, através da sua Delegação do Algarve, alerta para a importância da obra e solicita à CMP uma posição favorável à sua preservação.

A DO.CO.MO.MO envia uma carta à CMP em 24-02-2017 contestando tentativas de ampliação e de legalização das obras ilegais, pois subvertem o projecto do autor, solicitando a sua salvaguarda e preservação.

Novamente a Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos envia cartas à Presidente da Camara Municipal de Portimão Dr.^a Isilda Vargues Gomes da qual não obtém qualquer resposta, ao Presidente Professor Doutor Francisco Serra da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve o qual remete o assunto para a Directora Regional da Cultura do Algarve, Dr. Alexandra Gonçalves que por sua vez encarrega o Director Rui Parreira da Direcção dos Serviços de Bens Culturais, e à Directora-Geral da Direcção Geral do Património Cultural Arq. Paula Araújo da Silva da qual não obteve resposta. Todas as cartas reforçam a importância histórica, arquitectónica e cultural do Edifício do Centro de Assistência Polivalente em Portimão do Arq. Vicente de Castro.

No dia 18 de Agosto de 2017 o do.co,mo.mo_ internacional envia o pedido de abertura do processo de Classificação do edifício Lar da Criança (Arquitecto António Vicente de castro, 1959) à Direcção Geral do Património Cultural, informando por carta de 22-08-2017 a Presidente da Camara Municipal de Portimão sobre este pedido e solicitando explicitamente a colaboração da CMP no sentido de impedir a “acção de ampliação junto dos envolvidos e das autoridades competentes”.

Novamente no dia 5 de Fevereiro o do.co,mo.mo_ internacional através da sua presidente Ana Tostões, vem reforçar o apelo à Presidente da Camara Municipal de Portimão, solicitando a manutenção deste edifício “nas suas premissas originais”, como “legado no contexto nacional e internacional da arquitectura, urbanismo e paisagem”.

Em resposta a estas acções da parte da SRSOA e do do.co,mo.mo_, no dia 6 de Fevereiro altura da reunião ordinária da Câmara de Portimão, é colocada na Ordem de Trabalhos a legalização das obras realizadas ilegalmente ao longo do tempo no edifício do Centro de Assistência Polivalente de Portimão..

Pese embora os excelentes argumentos apresentados pelo vereador do Bloco de Esquerda João Manuel Duarte Vasconcelos e pela proposta de adiamento desta discussão solicitada pelo

mesmo e pela vereador do CDS-PP José Pedro da Silva Caçorino foram aprovadas por insistência do Vice-Presidente da CMP Joaquim Castelão Rodrigues as obras ilegais.

Nesta reunião a SRSOA interveio reforçando os argumentos sobre a necessidade de se preservarem as premissas originais e mesmo informando os presentes da intenção de classificação do referido edifício como património municipal ou nacional (discussão ao que soubemos ainda em cima da mesa na Direcção Geral do Património Cultural e Direcção Regional de Cultura do Algarve). Solicitando aos presentes considerarem adiar esta discussão para depois do parecer da DGPC, e no sentido de se encontrar um consenso.

Tal como anteriormente, a surdez imperou e aquele executivo camarário demonstrou não estar à altura das responsabilidades que lhe foram confiadas.

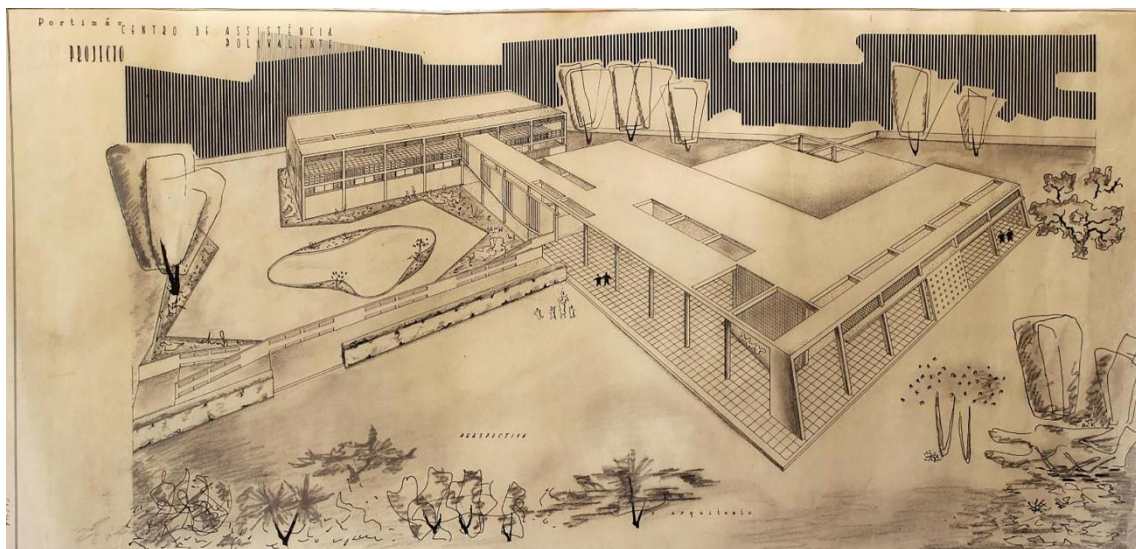
Como referi no início esta era a história de mais uma derrota no caminho de preservar ou melhorar a qualidade de vida população.

Não se pense que se trata de um fenómeno isolado, o nosso país continua em decadência cultural e com um futuro cada dia mais incerto, pois como diz a sabedoria popular «quem não olha para o passado não tem futuro».

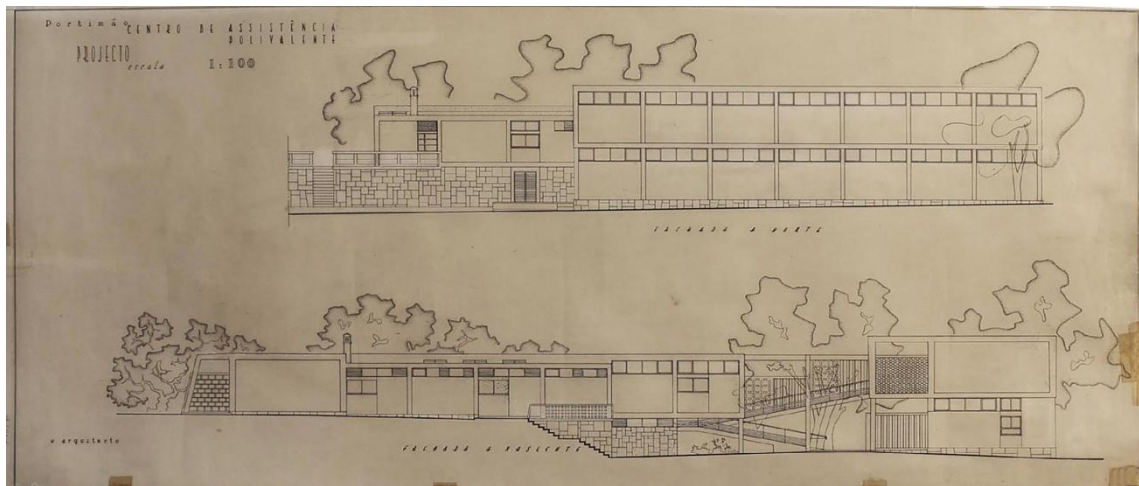
O conjunto arquitectónico

É necessário insistir que não se trata aqui de promover este ou aquele arquitecto, mas de defender a importância daquele edifício e do espaço de que é portador e gerador.

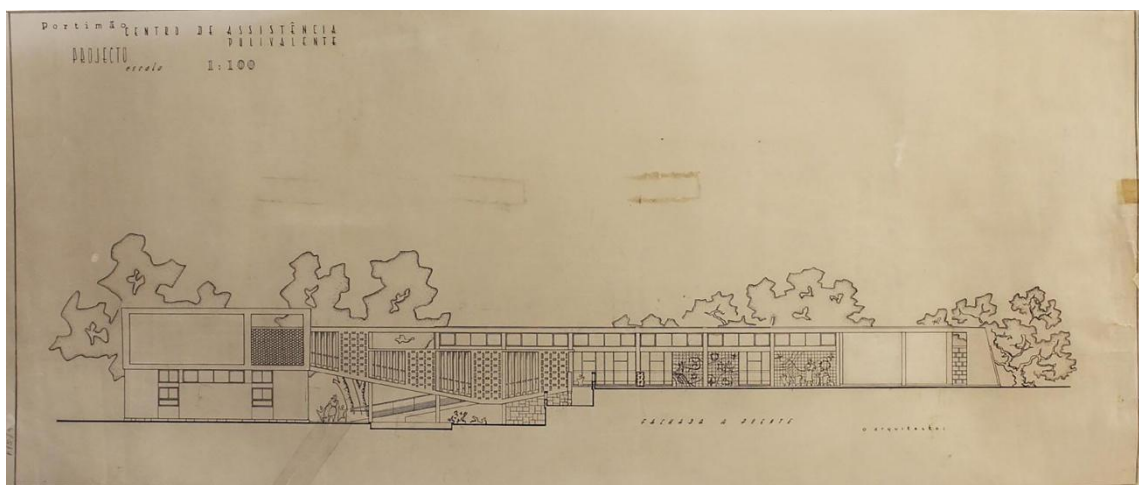
Independentemente daquilo que para qualquer arquitecto é um facto, a intrínseca qualidade daquele conjunto arquitectónico, existem outros argumentos de salvaguarda cultural e um deles é a história que lhe dá origem e sentido.



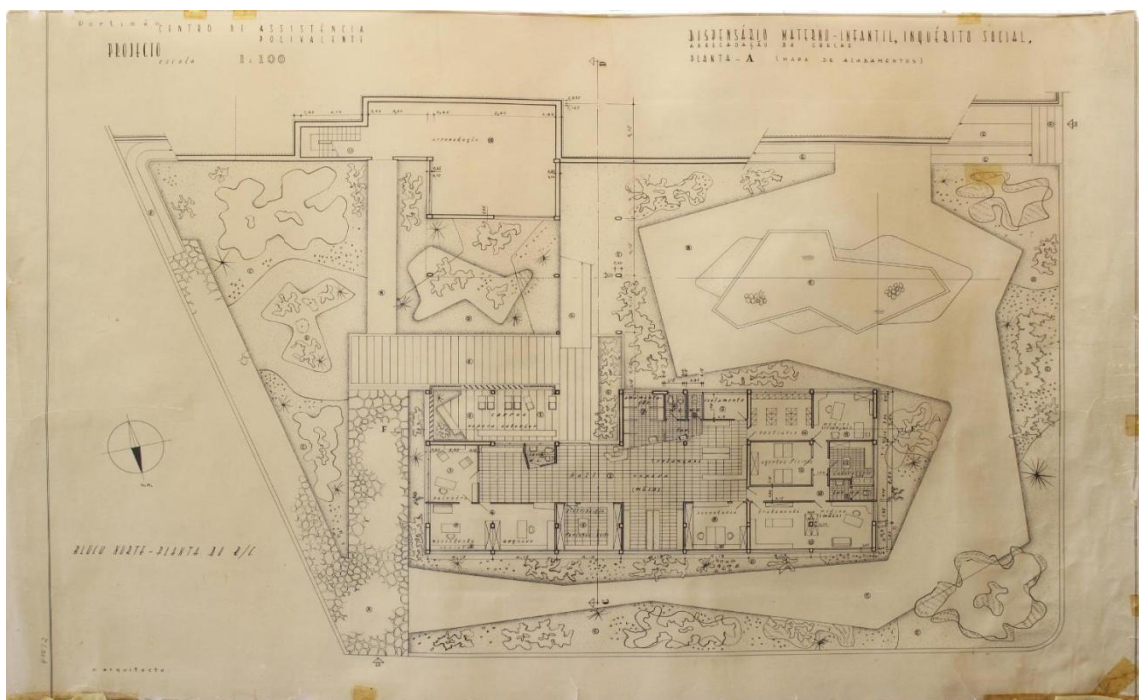
Perspectiva (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



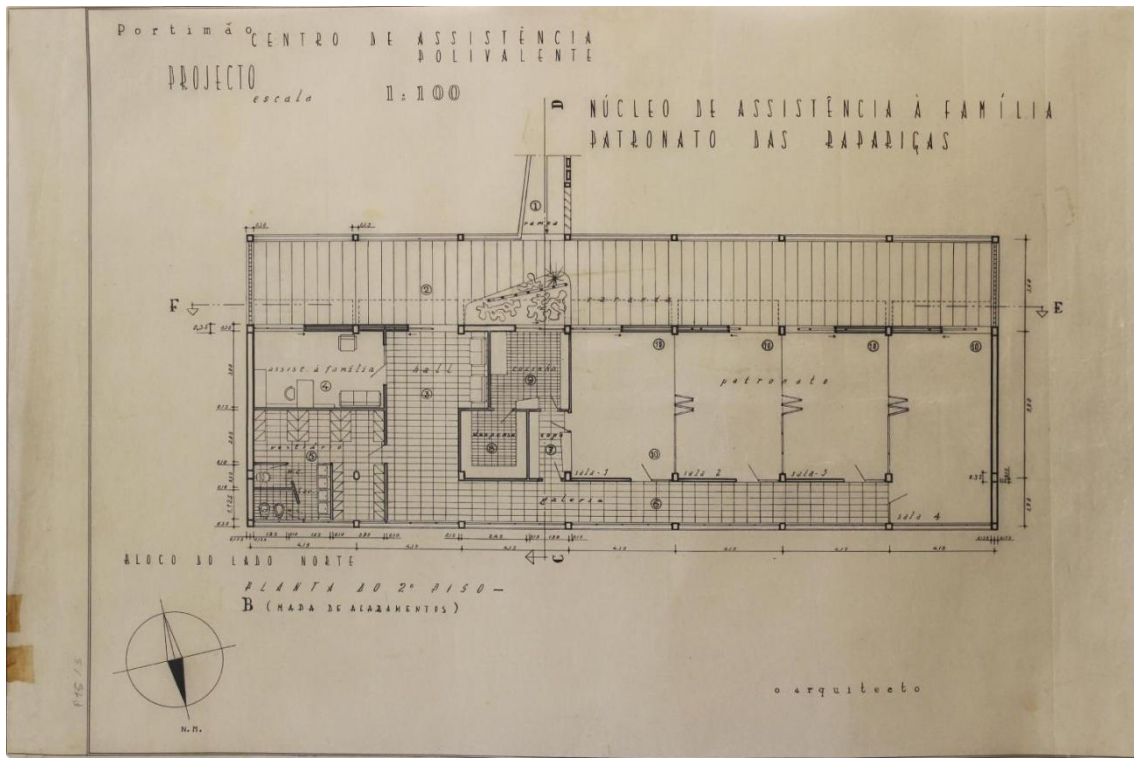
Fachadas Norte e Nascente (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



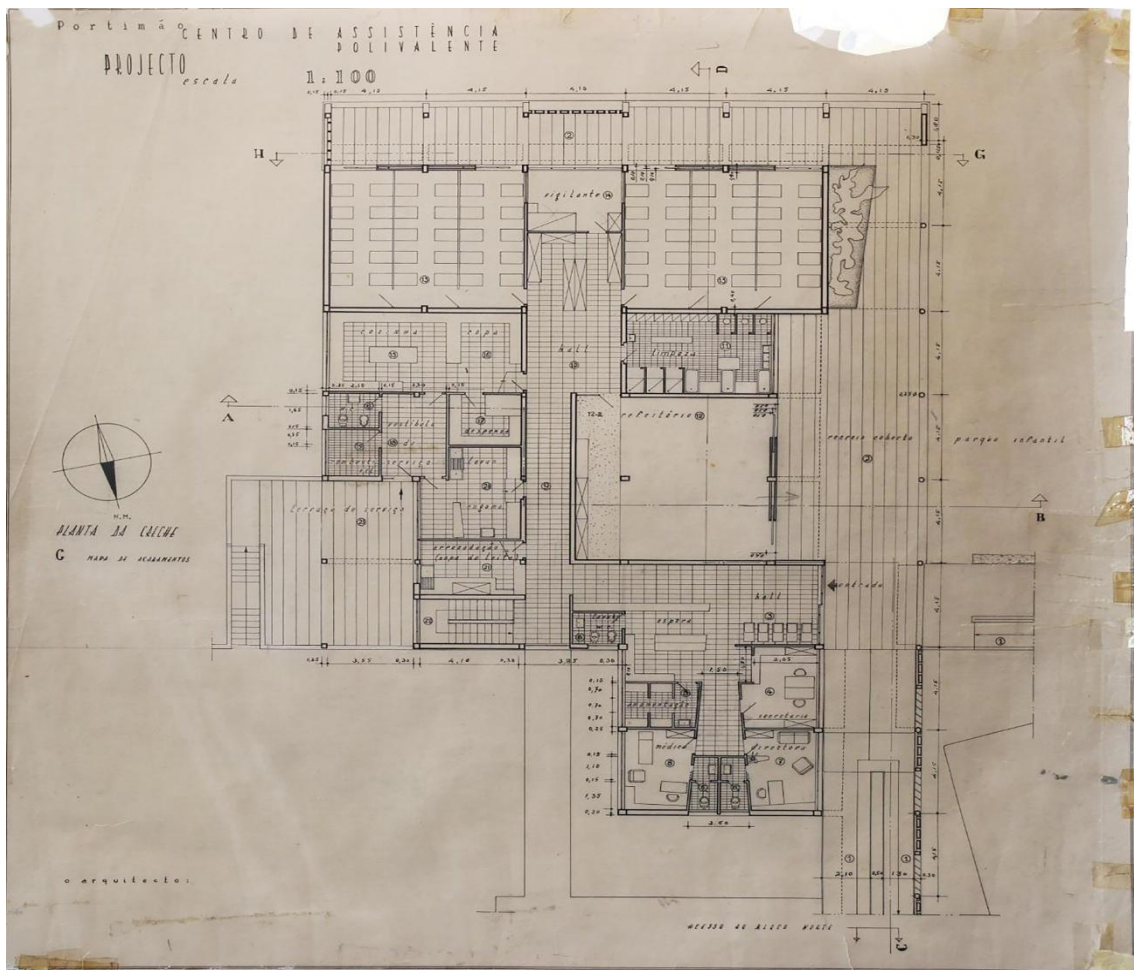
Fachada Poente (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



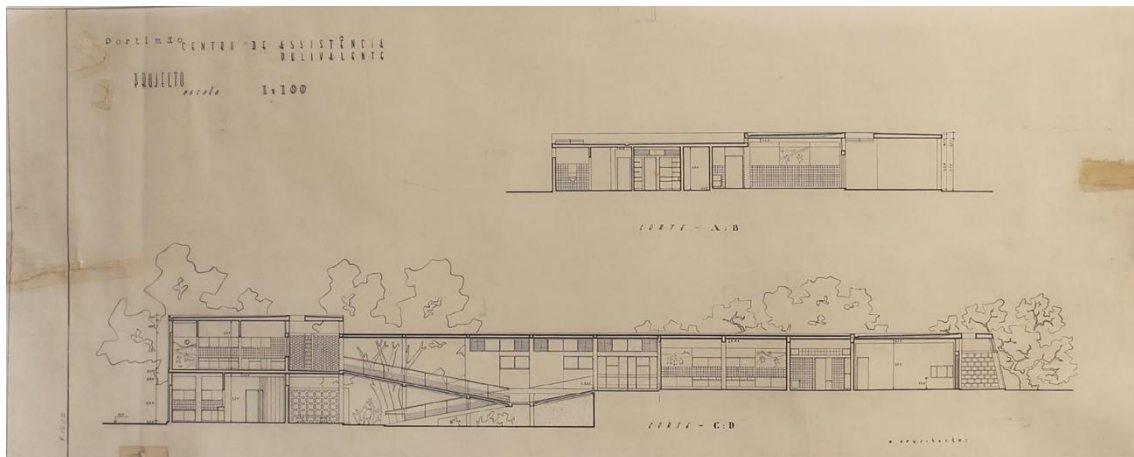
Bloco Norte – Piso 0 - dispensário materno-infantil (1959-62) Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



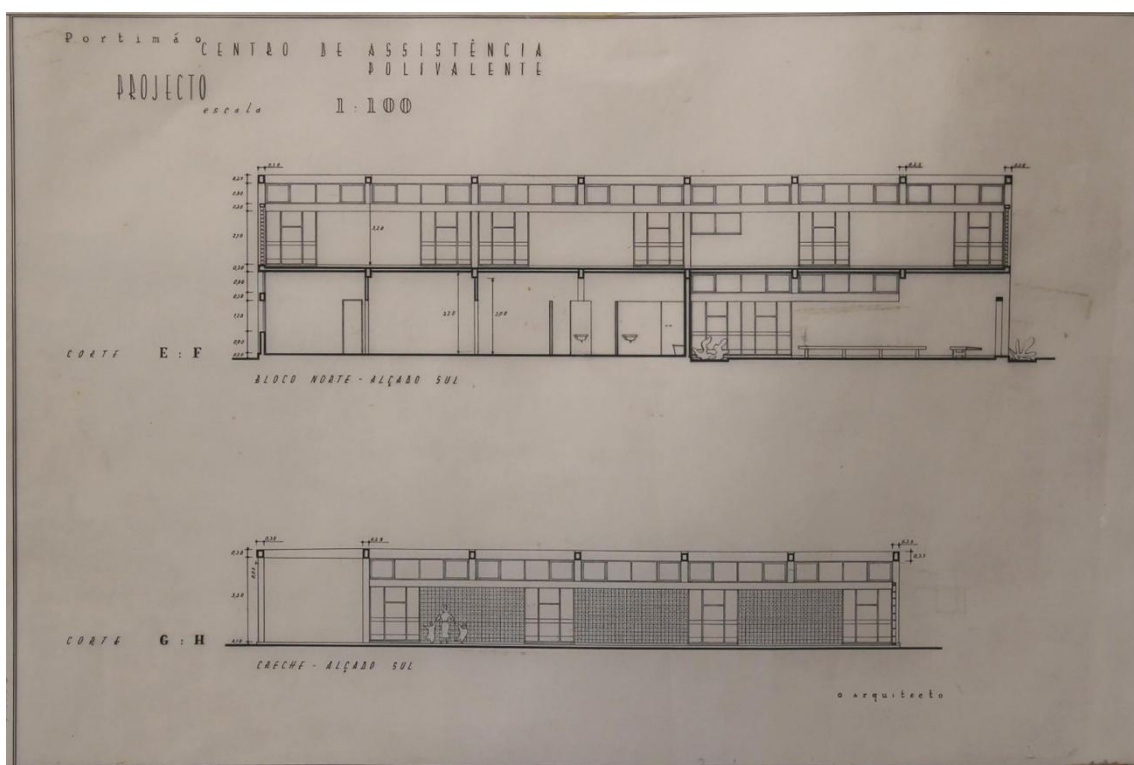
Bloco Norte – Piso 1 - Núcleo de Assistência à Família – Patronato das Raparigas (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



Bloco Sul – Piso 0 - Creche (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



Cortes AB e CB (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro



Cortes EF e GH (1959-62). Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro - cedência da Arq. Maria Luísa de Castro

O Centro de Assistência Polivalente “Lar da Criança” é um exemplar de mudança histórica nas preocupações assistenciais nacionais e regionais: Historicamente será de considerar, como lembra Marco Santos (2013), que até “meados dos anos 50 ainda não se regista um avanço significativo no número de estruturas dedicadas à assistência de crianças em idade pré-escolar” na região do Algarve. Os serviços existentes são em geral instalados precariamente em edifícios que não haviam sido projectados para aqueles fins, tratando-se sobretudo da adaptação de habitações antigas que, “pese embora os melhores esforços, não reuniam as condições para o acolhimento de crianças ou para os serviços de apoio materno” (Fernandes & Janeiro, 2005). Testemunho desta instabilidade é a própria associação “Lar da Criança” que, antes de se constituir como Centro de Assistência Polivalente de Portimão, esteve alojado em dois edifícios, primeiro nas dependências do antigo Hospital de Portimão e depois num prédio alugado sito na Rua Luiz Alves de Antão.

Para além do indiscutível valor arquitectónico, como obra impar nas relações entre o modernismo e o regionalismo, o Centro de Assistência Polivalente “Lar da Criança” projectado pelo Arquitecto António Vivente de Castro é sobretudo o testemunho e o resultado de uma crescente preocupação assistencial enquadrada pela Lei nº 1998 de 15 de Maio de 1944, normalmente reconhecida pelo nome de “Estatuto da Assistência Social” que nas palavras de Agarez “estruturou toda a actividade assistencial do Estado e dos particulares e criou, no âmbito da Direcção-Geral da assistência (DGA) ... as comissões municipais de Assistência” (Agarez, 2005; 173). É sob aquela lei e através do apoio à construção privada destes Centros de Assistência Polivalente que o governador civil de Faro, Dr Agostinho Pires, orienta o planeamento regional, visando colmatar a ausência de instalações de serviço social na província do Algarve. O resultado daquela legislação e daquele plano regional é a rede de Centros de Assistência Social Polivalentes. Estão nesta rede o Centro de Assistência Social Polivalente de Aljezur/Creche da Misericórdia (1957) e o de Tavira (não construído) pelo Arquitecto Manuel Gomes da Costa; o Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé (1958) o de Olhão (1958) e o de Vila Real de Sto. António (este último também não construído) dos Arquitectos Manuel Laginha e Rogério Martins; o Centro de Assistência Social Polivalente de Lagos (1959) e de Portimão (1957) do Arquitecto António Vicente de Castro.

Em geral e funcionalmente estes Centros de Assistência Social Polivalentes (CASP) resultam de um inédito esforço conjunto entre entidades privadas e públicas encomendadas pelas comissões municipais que resultaram da já referida Lei n.º 1998, permitindo desse modo responder a uma dupla necessidade de apoio, às crianças e à população feminina, espelhada na própria volumetria e distribuição funcional dos CASP.

Tal arquitectura, facilmente constatada nos exemplos que nos restam, vem ao encontro das preocupações do “Cours de Pédiatrie Sociale” de Robert Debré e da UNICEF de 1949 (Colin, 1950), como meio de prevenir os riscos de contágio das crianças e utentes habituais, e os que obtinham as suas consultas externas materno-infantis onde eram facultadas as “consultas de ginecologia, obstetrícia e acompanhamento pré e pós-parto”.

O Centro de Assistência Polivalente “Lar da Criança” exemplifica um marco geracional de arquitectos portugueses: Em Portugal as Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, são escolas ainda muito controladas pelos sistemas de policiamento e censura do Estado salazarista, com especial ênfase para a escola da capital, onde a presença da PIDE se fazia sentir mais directamente através de perseguições e censuras a todas as ideias que tivessem outra proveniência que não fosse a oficial, factos que explicam a fuga de muitos jovens estudantes de arquitectura para o Porto.

Três estudantes, António Vicente de Castro (1920-2002), Manuel Gomes da Costa (1921-2016) e Manuel Laginha (1919-1985), todos algarvios (Lagos, Vila Real de Santo António e Faro, respectivamente) e todos formados na Escola de Belas Artes do Porto, na época em que o Arq. Carlos Ramos a dirige, regressam à sua região natal e irão ter um papel fundamental quer na implementação da arquitectura moderna numa região onde predomina o conservadorismo, quer ainda na ênfase dada às questões de carácter higiénico, social e assistencial proveniente das propostas dos CIAM (Agarez, 2005, 134). Colegas de faculdade, partilham para além dos espaços de coabitação, ideias comuns entre si e um ciclo de amizade comum. Presumivelmente todos estiveram nos círculos de Fernando Távora membro da Organização

dos Arquitectos Modernos (OdAM) e todos terão apoiado o Manifesto do 1º Congresso Nacional de Arquitectos (CNA) cuja preocupação social com a habitação em Portugal é sobejamente conhecida. Como momento de viragem em que conservadores e progressistas se unem em volta de um mesmo discurso, assistimos também ao aparecimento do Movimento de Unidade Democrática (MUD) de oposição ao regime e ao qual pertenciam Manuel Costa Gomes e António Vicente de Castro.

É, também, uma obra com múltiplas referências no panorama crítico da arquitectura moderna em Portugal: A importância histórica de tais obras foi já sobejamente difundida por autores como Nuno Portas no capítulo “A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal” integrado na obra internacional “História da Arquitectura Moderna” de Bruno Zevi em 1978, Ana Tostões no seu livro “Os verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50” de 1997, José Manuel Fernandes e Pedro Vieira de Almeida em “A arquitectura moderna” integrado na História da Arte em Portugal de 1986, do mesmo José Manuel Fernandes mas com Ana Janeiro no seu livro “Arquitectura no Algarve” de 2005, Ricardo Agarez no seu artigo sobre o “Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé no arquivo do arquitecto Manuel Laginha” de 2005, ou ainda o trabalho de curadoria de Pedro Reis e Luísa Castro sobre a obra de António Vicente de Castro em Portimão e Lagos, que teve em Portimão o apoio da Ordem dos Arquitectos e da Câmara Municipal de Portimão.



Foto de conclusão do projecto original de Vicente de Castro para o Centro de Assistência Polivalente de Portimão (1962).

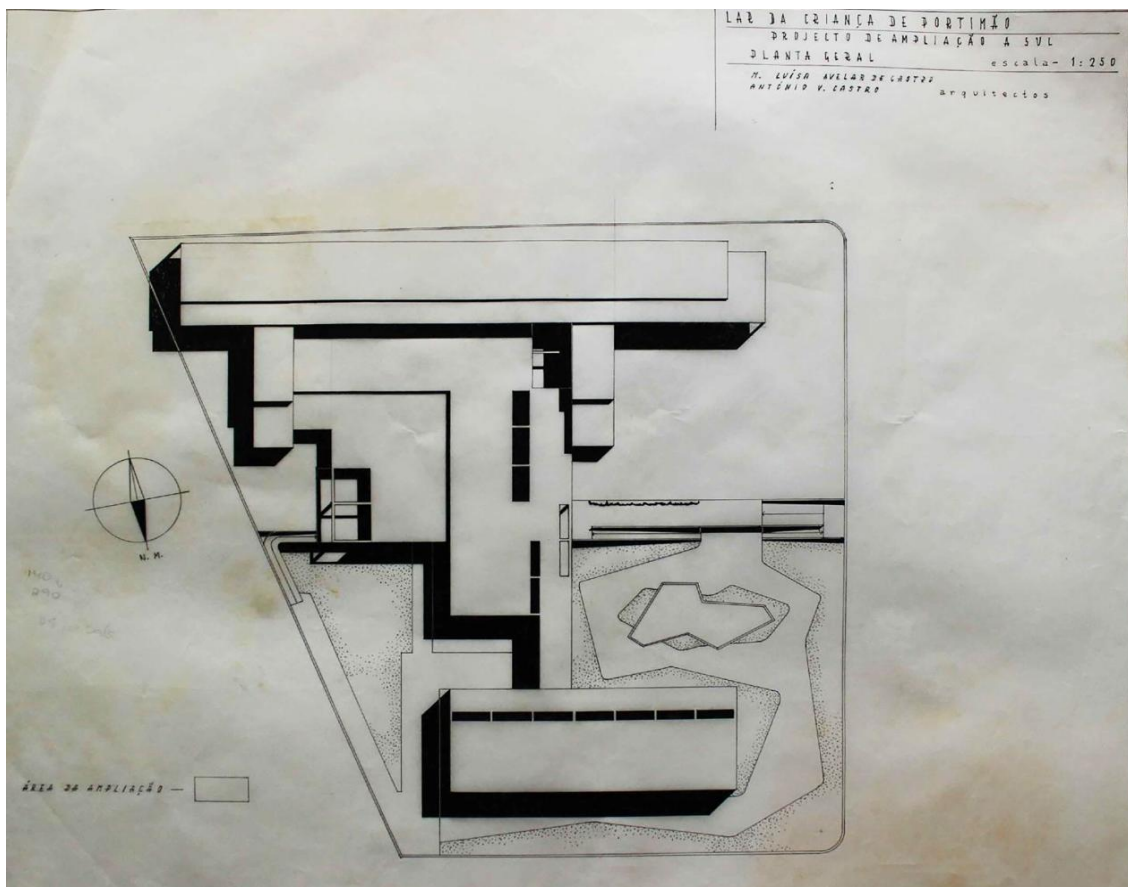


Fotos de conclusão do projecto original de Vicente de Castro para o Centro de Assistência Polivalente de Portimão (1962).

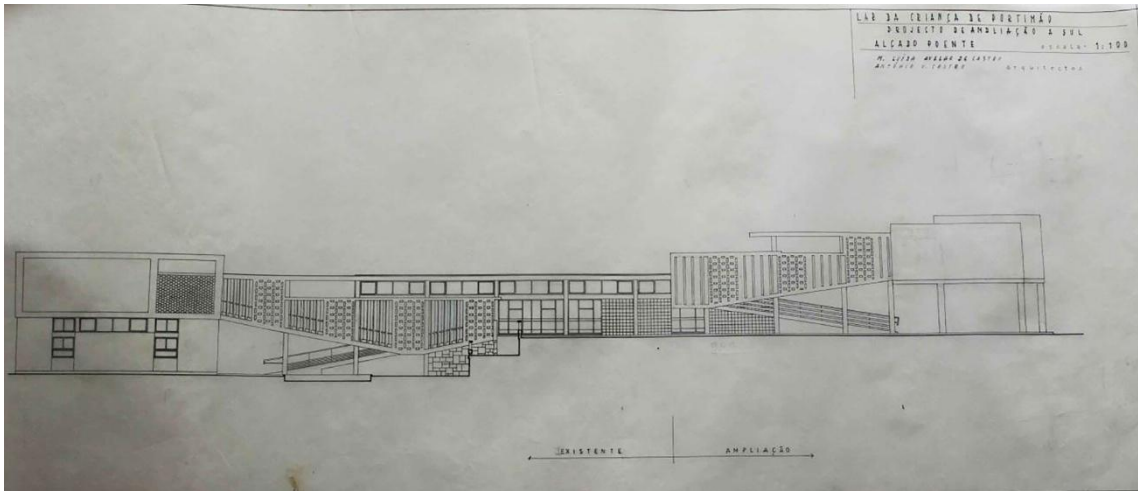
É uma obra que espelha um período histórico inédito de assimilação do movimento moderno em Portugal, no qual se assiste não só a uma relação impar entre linguagem arquitectónica e destino funcional, como a uma relação inédita entre linguagem moderna e assimilação das culturas regionais: A arquitectura especialmente pensada para o serviço assistencial destes

CASP são responsáveis por um pioneirismo regional do Algarve que os tornaram projectos de referência supra-regionais e símbolos da aplicação de novas linguagens arquitectónicas aos serviços públicos e privados (Santos, 2013). Do mesmo modo que os princípios modernos de implantação geográfica plasmados da Carta de Atenas (correcta disposição dos edifícios e aproveitamento de recursos endógenos), também novas e velhas técnicas construtivas e o uso de materiais regionais, foram aqui introduzidas, resultando numa originalidade construtiva sem paralelo nos edifícios da época. São referências implícitas no Centro de Assistência Social Polivalente de António Vicente de Castro a criação de espaços arejados, solarengos, livres de ácaros e com um elevado grau de preocupação na higiene. Preocupações que passaram também pelo controle da temperatura e humidade interior, pela construção de infra-estruturas de saneamento básico, água e electricidade de qualidade (Santos, 2013).

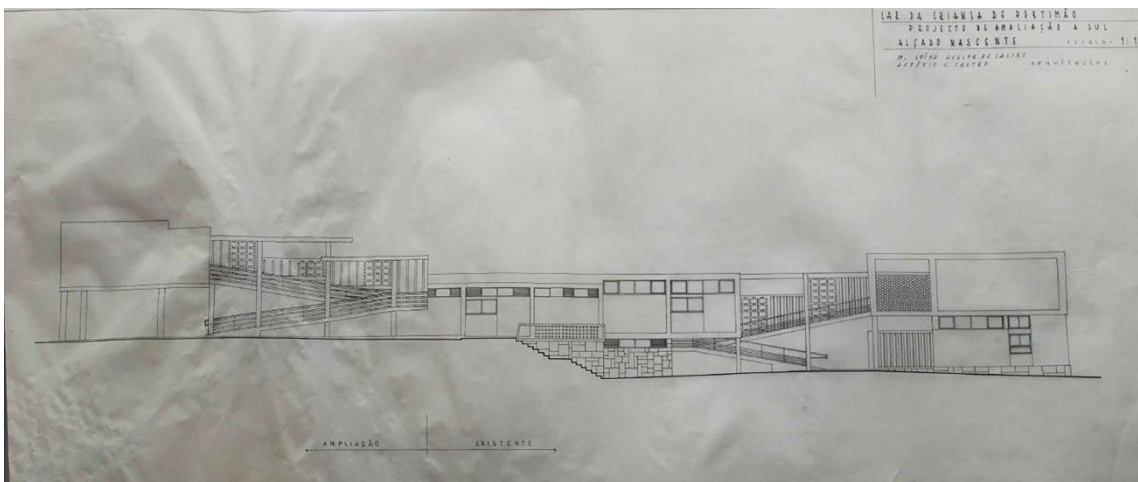
O projecto realizado pelo Arquitecto António Vicente de Castro e subsequente ampliação pelo mesmo autor em co-autoria com a Arq. Maria Luísa Quintino de Avelar Galvão de Castro em 1997-98 é, pelas razões atrás apontadas, considerado um dos poucos exemplares da Arquitectura Moderna de carácter social em Portimão.



Planta de Implantação (1997) – Ampliação. Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro e Arq. Maria Luísa de Castro.



Alçado Poente (1997) – Ampliação. Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro e Arq. Maria Luísa de Castro.



Alçado Nascente (1997) – Ampliação. Fonte: Atelier do Arq. Vicente de Castro e Arq. Maria Luísa de Castro



António Vicente de Castro (1920-2002), é oriundo de Lagos, iniciando os seus estudos superiores em Lisboa e terminando em 1955, o curso na Escola de Belas-Artes do Porto.

Foi um aluno exemplar do mestre Carlos Ramos e colega de Fernando Távora, conheceu e conviveu com outros dois ilustres modernistas algarvios, Manuel Gomes da Costa (1921-2016) de Vila Real de S. António e Manuel Laginha (1919-1985), de Loulé, na Escola de Belas Artes do Porto. Sedia o seu gabinete de arquitetura em Portimão em 1956, onde por mais de quatro décadas desenvolve uma intensa atividade profissional que se estende a Lagos, Praia da Luz, etc.

Bibliografia:

- Afonso, João (2010) «O encontro nacional de arquitectos: tomar consciência da sociedade» in *Revista Crítica de Ciências Sociais – Debate social e construção do território*, 91.
- Agarez, Ricardo M.C. (2013) *Regionalism, modernismo and vernacular tradition in the architecture of Algarve, Portugal, 1925-1965*. Tese de Doutoramento vol. 1 University College London.
- Agarez, Ricardo M. (2016) *Algarve Buiding: Modernism, Regionalism ans Architecture in the South of Portugal*. NY & London: Routledge.
- Amaral, Francisco Keil do (1958) «A reforma do ensino de Belas-Artes” in *Arquitectura*, 63: 43
- Carmo, Vera (2012) «A Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) e o Porto dos anos 50» in *Intermedia Review 1. Génération de 50, Littérature, Cinéma*. N.º1, 1ère série, novembre, pp 43-54
- Colin, Robert (1950) «Création d'un centre international de l'enfance à Paris» in *Population*, 5^e année, n°1, pp. 199-200
- Fernandes, José M. & Janeiro, Ana (2005) *Arquitectura no Algarve: dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*. Faro: CCDR Algarve.
- Santos, Marco A. (2013) «A saúde e o apoio social para a infância no Algarve, em meados do século XX: Os Centros de Assistência Social Polivalente» in *Contributo para a história da Saúde no Algarve*. Promontoria Monográfica – História do Algarve 01. CEPHA, FCHS, UA, pp. 87-122
- Moniz, Gonçalo Canto (2010) «A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968/1969» in *Revista Crítica de Ciências Sociais 91 | Debate social e construção do território*. pp 59-76.
- Ramos, Carlos (1957) «Preâmbulo» in *VI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*. Porto: Escola Superior de Belas Artes.
- Ramos, Carlos (1958) «Preâmbulo» in *VII Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*. Porto: Escola Superior de Belas Artes.
- Rosa, Edite (2005) *ODAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva*. Tese de Doutoramento. Texto policopiado.